



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

Cuiabá/MT, 16 de julho de 2021

Edição nº 5

Informativo Criminal



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Layout: Canva .com

SUMÁRIO

- **Novidades Legislativas**
- **Tribunais Superiores**
- **Conselhos Superiores**
- **Atuação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e de outros Ministérios Públicos**
- **Atuação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e de outros Tribunais de Justiça**
- **Informativos**
- **Artigos**

EQUIPE

Josane Fátima de Carvalho Guariente – Promotora de Justiça - Coordenadora

Ludmilla Evelin de Faria Sant'Ana Cardoso – Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Arivaldo Guimarães da Costa Junior – Promotor de Justiça - Colaborador

Natacha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial

Amanda Freire de Amorim – Auxiliar Ministerial

Novidades Legislativas

- Projeto busca impedir constrangimento da vítima em julgamento de violência sexual. [Clique aqui](#)
- Projeto aumenta penas para maus tratos e abandono de incapaz. [Clique aqui](#)
- Projeto cria documento único para porte de arma válido por cinco anos. [Clique aqui](#)
- Projeto dobra a pena de roubo quando reféns forem usados como escudo. [Clique aqui](#)
- CCJ aprova intimação judicial por aplicativo de mensagens. [Clique aqui](#)
- Projeto prevê detenção para quem interferir em perseguição policial. [Clique aqui](#)
- Projeto concede porte de arma a guarda prisional temporário. [Clique aqui](#)
- Entra em vigor lei que aumenta punições para fraudes eletrônicas. [Clique aqui](#)



- Comissão aprova aumento de pena para estupro de vulnerável e garantias ao aborto legal. [Clique aqui](#)
- Comissão discute acordo internacional sobre crimes cibernéticos. [Clique aqui](#)
- Subcomissão de Assuntos Penais define plano de trabalho. [Clique aqui](#)
- Comissão aprova criação do cadastro nacional de condenados por crime de corrupção. [Clique aqui](#)
- CCJ da Câmara aprova projeto que aumenta pena máxima de prisão para 50 anos. [Clique aqui](#)
- Proposta inclui no Código Penal crime de fraude em pirâmides financeiras. [Clique aqui](#)
- Projeto aumenta a pena de crimes contra taxistas e motoristas de aplicativo. [Clique aqui](#)
- Deputadas querem lei para punir assédio sexual de segunda ordem. [Clique aqui](#)



Tribunais Superiores

STF

- **Ministra rejeita novo HC de segurança acusado de homicídio em supermercado em Porto Alegre (RS). [Clique aqui](#)**
- **Julgamento sobre repasse de dados para investigações contra tráfico de pessoas é suspenso. [Clique aqui](#)**
- **2ª Turma decidirá se lei que modificou crime de estelionato deve retroagir para beneficiar réu. [Clique aqui](#)**
- **Estudante poderá responder em liberdade a processo por tráfico de drogas. [Clique aqui](#)**
- **Supremo vai definir limites para a decretação de quebra de sigilo de históricos de busca na internet. [Clique aqui](#)**
- **STF: prisão de jovem, primário, com apreensão de pouca droga é contraproducente. [Clique aqui](#)**



STJ

- Sexta Turma tranca ação sobre furto de R\$ 4 em steaks de frango e critica chegada de casos semelhantes ao STJ. [Clique aqui](#)
- Juízo do local de destino da droga é competente para julgar remessa do exterior para o Brasil por via postal. [Clique aqui](#)
- Estelionato e trâmite de inquérito estão na nova edição da Pesquisa Pronta. [Clique aqui](#)
- STJ: é típica a conduta de portar pequena quantidade de droga para consumo pessoal. [Clique aqui](#)
- STJ: é ilícita prova obtida por meio de print screen de WhatsApp Web. [Clique aqui](#)
- Sexta Turma nega liberdade a empresário condenado a 82 anos de prisão por matar esposa e filha. [Clique aqui](#)
- STJ revoga preventiva de advogado acusado de participar de organização criminosa. [Clique aqui](#)



- Invasão de domicílio sem comprovação de autorização do morador é ilegal. [Clique aqui](#)
- Indícios de crime permanente legitimam ingresso da polícia em imóvel sem ordem judicial. [Clique aqui](#)
- Invasão de imóvel após policiais verem manipulação de drogas é ilegal, diz STJ. [Clique aqui](#)
- STJ afasta preventiva de preso por porte ilegal de arma. [Clique aqui](#)
- Ministro do STJ aplica insignificância em caso de furto de R\$ 56 em comida. [Clique aqui](#)
- Prisão preventiva deve ter fundamentação apta a demonstrar risco à ordem pública. [Clique aqui](#)



Conselhos Nacionais

CNMP

- Em Pauta: comandante da Rotam destaca importância da atuação integrada entre Polícia Militar e Ministério Público. [Clique aqui](#)
- Comandante da Rotam em Goiás fala sobre enfrentamento das facções criminosas na próxima edição do Em Pauta. [Clique aqui](#)
- Especialistas debatem a investigação de organizações criminosas em evento promovido pelo CNMP. [Clique aqui](#)

CNJ

- Link CNJ debate impactos da Imprensa na Justiça criminal. [Clique aqui](#)
- CNJ e Depen renovam termos de cooperação para qualificar políticas penais. [Clique aqui](#)
- Manual de atenção às pessoas LGBTI presas é reconhecido como exemplo pela CIDH. [Clique aqui](#)

Atuação Institucional

MPMT

- MPMT apresenta projetos de reinserção social em audiência pública. [Clique aqui](#)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso participou da audiência pública virtual promovida pelo Poder Judiciário para debater o tema “Impactos da pandemia no Sistema Prisional e estratégias para aprimoramento da Execução Penal”, na sexta-feira (02), das 13h30 às 19h, com transmissão ao vivo pelo YouTube. Estiveram presentes o Procurador-Geral de Justiça José Antônio Borges Pereira e a Promotora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, do Núcleo de Execução Penal do MPMT, que foi palestrante no evento.

- Condenado por homicídio em GO e MA, também cumprirá pena por crime em MT. [Clique aqui](#)
- Pai é condenado a 43 anos de prisão por estupro e tentativa de aborto. [Clique aqui](#)
- Réu que matou e enterrou vítimas em residência recebe 1ª condenação. [Clique aqui](#)
- MPMT promove acordo de não persecução penal em caso de injúria racial. [Clique aqui](#)
- Integrante do CV é condenado a 22 anos de prisão em Rondonópolis. [Clique aqui](#)



Outros Ministérios Públicos

MPPI

- CAOCRIM/MPPI divulga enunciados produzidos durante 1º Ciclo de Debates Criminais – ANPP. [Clique aqui](#)

MPAL

- Operação Thénardier: MPAL oferta denúncia contra três estelionatários que usavam nomes de promotores de Justiça em golpes. [Clique aqui](#)

MPAM

- MPAM emite recomendação sobre monitoramento eletrônico no semiaberto. [Clique aqui](#)

MPBA

- Combate a crime organizado é debatido durante visita institucional a ministro da Justiça. [Clique aqui](#)

MPCE

- Polícia Civil do Ceará acata recomendação do MPCE e irá garantir incomunicabilidade de testemunhas a serem ouvidas em autos de prisão em flagrante. [Clique aqui](#)



MPDFT

- MPDFT oferece curso gratuito de abordagem empática a vítimas de delitos. [Clique aqui](#)

MPES

- Luciana Andrade apoia criação de mecanismo nacional de investigação de casos complexos. [Clique aqui](#)

MPMA

- MPMA realiza seminário sobre controle externo da atividade policial. [Clique aqui](#)

MPMS

- MPMS e TJMS celebram acordo que prevê atendimento integral aos familiares de vítimas de homicídios em Campo Grande. [Clique aqui](#)

MPPA

- CAO Criminal, GAECO e GSI promovem reunião virtual sobre atribuições institucionais. [Clique aqui](#)

MPPB

- Gaeco Tech: NGCSI lança plataforma que reúne informações e ferramentas de investigação. [Clique aqui](#)



MPPE

- MPPE divulga segunda edição do ranking de pacificação dos municípios. [Clique aqui](#)

MPRS

- Proteção dos direitos humanos das vítimas de crime é tema de MP Talks. [Clique aqui](#)

MPPR

- Gaeco de Francisco Beltrão prende em flagrante dois advogados que coagem testemunhas a mudarem depoimentos prestados na Operação Regalia. [Clique aqui](#)

MPRJ

- MPRJ recebe representantes do MPPA para troca de experiências nos setores de inteligência e de combate ao crime organizado. [Clique aqui](#)

MPRR

- Operação Teto Baixo: MPRR denuncia organização criminosa por lavagem de mais de R\$ 24 milhões. [Clique aqui](#)



Atuação dos Tribunais de Justiça

TJMT

- Palestrantes falam sobre Nova Política Nacional Sobre Drogas e Acordo de Não Persecução Penal. [Clique aqui](#)

TJAC

- Integrantes de organização criminosa são condenados a mais de 140 anos de prisão. [Clique aqui](#)

TJSP

- Réu pode ser tirado de audiência virtual durante depoimento de vítima. [Clique aqui](#)

TJDFT

- Podcast do TJDFT fala sobre "crimes contra a honra" e esclarece sobre o tema. [Clique aqui](#)

TJGO

- Criada Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no Poder Judiciário. [Clique aqui](#)



TJMG

- Presidente do TJMG visita vara criminal virtualizada. [Clique aqui](#)

TJMS

- TJ firma acordo com o MP para atendimento a familiares de vítimas de homicídio. [Clique aqui](#)

TJPB

- 'Assédio Moral e Violência no mundo do trabalho' é tema de webinar nesta terça (29). [Clique aqui](#)

TJPR

- Central interdisciplinar de Acordo de Não Persecução Penal funciona no CEJUSC de Ponta Grossa. [Clique aqui](#)

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

TJRJ

- Audiência de Custódia mantém prisão preventiva de acusado de furto de bicicleta no Leblon. [Clique aqui](#)

TJSC

- Teste positivo para Covid, passado um ano, não é passaporte para liberdade de preso. [Clique aqui](#)



◆ Informativos ◆

STF

INFORMATIVO 1014

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Nulidade

- O juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba era incompetente para julgar as ações penais contra Lula.
"Operação Lava Jato": ausência de conexão e nulidade de atos decisórios - HC 193726 AgR/PR e HC 193726 AgR-AgR/PR

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 1016

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Nulidade

- Direito ao silêncio e condenação com base em "interrogatório informal" - RHC 170843 AgR/SP.
Não se admite condenação baseada exclusivamente em declarações informais prestadas a policiais no momento da prisão em flagrante.
A Constituição Federal (1) impõe ao Estado a obrigação de informar ao preso seu direito ao silêncio não apenas no interrogatório formal, mas logo no momento da abordagem,
- quando recebe voz de prisão por policial, em situação de flagrante delito.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)



INFORMATIVO 1017

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Acordo de Não Persecução Penal

- O Poder Judiciário não pode impor ao Ministério Público (MP) a obrigação de ofertar acordo de não persecução penal (ANPP).
- Não cabe ao Poder Judiciário, que não detém atribuição para participar de negociações na seara investigatória, impor ao MP a celebração de acordos (1).

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

STJ

INFORMATIVO 692

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Crime contra o registro de marca e concorrência desleal

- Crime contra o registro de marca e concorrência desleal. Ciência da autoria. Queixa oferecida após a previsão do art. 38 do CPP. Decadência. Homologação do laudo pericial. Reabertura do prazo. Impossibilidade.

O prazo do art. 529 do Código de Processo Penal não afasta a decadência pelo não exercício do direito de queixa em seis meses, contados da ciência da autoria do crime.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Diligência de busca e apreensão

Realizada a busca e apreensão, apesar de o relatório sobre o resultado da diligência ficar adstrito aos elementos relacionados com os fatos sob apuração, deve ser assegurado à defesa acesso à íntegra dos dados obtidos no cumprimento do mandado judicial.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 693

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Competência

O Ministro Relator afastou as três preliminares relativas à competência, sob a alegação de que não houve encontro fortuito de provas e que não é possível o desmembramento do processo, pois as provas das investigações estão interrelacionadas. Alegou que ficou firmada a competência por prevenção, conforme arts. 78, 79 e 83 do CPC/2015.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Medida cautelar de recolhimento noturno, finais de semana e dias não úteis.
Monitoração eletrônica. Detração.

É possível considerar o tempo submetido à medida cautelar de recolhimento noturno, aos finais de semana e dias não úteis, supervisionados por monitoramento eletrônico, com o tempo de pena efetivamente cumprido, para detração da pena.



DIREITO PENAL

Ingresso em estabelecimento prisional.

A conduta de ingressar em estabelecimento prisional com chip de celular não se subsume ao tipo penal previsto no art. 349-A do Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Citação por edital. Art. 366 do CPP

Citado o réu por edital, nos termos do art. 366 do CPP, o processo deve permanecer suspenso enquanto perdurar a não localização do réu ou até que sobrevenha o transcurso do prazo prescricional.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 694

DIREITO PENAL

Execução penal. Condições do regime aberto. Suspensão do dever de apresentação mensal em juízo.

O período de suspensão do dever de apresentação mensal em juízo, em razão da pandemia de Covid-19, pode ser reconhecido como pena efetivamente cumprida.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Busca e apreensão

Inexiste exigência legal de que o mandado de busca e apreensão detalhe o tipo de documento a ser apreendido, ainda que de natureza sigilosa.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 695



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Provas que embasaram a condenação supostamente ilícitas

Não viola a ordem pública brasileira o compartilhamento direto de dados bancários pelos órgãos investigativos mesmo que, no Estado de origem, sejam obtidos sem prévia autorização judicial, se a reserva de jurisdição não é exigida pela legislação local.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 696



DIREITO PROCESSUAL PENAL

Quebra de sigilo telefônico e telemático.



É ilegal a quebra do sigilo telefônico mediante a habilitação de chip da autoridade policial em substituição ao do investigado titular da linha.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 697

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Processo eletrônico

O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações eletrônicas, dá-se com a realizada pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça (DJe).

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 698

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tráfico internacional

Compete ao Juízo Federal do endereço do destinatário da droga, importada via Correio, processar e julgar o crime de tráfico internacional



DIREITO PENAL

Dano ambiental em unidade de conservação

O delito de causar dano em unidade de conservação (art. 40 da Lei n. 9.605/1998) pode ser absorvido pelo delito de construir em solo que, por seu valor ecológico, não é edificável (art. 64 da Lei n. 9.605/1998).

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 699

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Execução penal
Progressão de regime

É reconhecida a retroatividade do patamar estabelecido no art. 112, V, da Lei n. 13.964/2019, àqueles apenados que, embora tenham cometido crime hediondo ou equiparado sem resultado morte, não sejam reincidentes em delito de natureza semelhante.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 670

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Crime de esbulho possessório



Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime de esbulho possessório de imóvel vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida.

DIREITO PENAL

Inserção de informação falsa, para fins de participação em procedimento licitatório

As sucessivas revisões dos quantitativos máximos de receita bruta para enquadramento como ME ou EPP, da Lei Complementar n. 123/2006, para fazer frente à inflação, não descaracterizam crimes de inserção de informação falsa em documento público, para fins de participação em procedimento licitatório, cometidos anteriormente.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 701

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Preso em condições degradantes

A Resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos de 22/11/2018, que determina o cômputo da pena em dobro, deve ser aplicada a todo o período cumprido pelo condenado no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho. INFORMAÇÃO



DIREITO PENAL

Homicídio
Dolo eventual

O dolo eventual no crime de homicídio é compatível com as qualificadoras objetivas previstas no art. 121, § 2º, III e IV, do Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Recebimento da denúncia

Mesmo no caso de recebimento da denúncia antes das reformas ocorridas no ano de 2008 e antes de o réu ser diplomado como deputado estadual, apresentada a defesa escrita, caberá ao Tribunal de origem apreciar a possibilidade de absolvição sumária ou reconsideração da decisão do juiz de primeiro grau que recebeu a denúncia, na forma do art. 6º da Lei n. 8.038/1990.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)

INFORMATIVO 702

DIREITO PENAL

Dosimetria da pena

Condenações criminais transitadas em julgado, não consideradas para caracterizar a reincidência, somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização para desabonar a personalidade ou a conduta social do agente.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#)





693: Superado o limite imposto pela súmula 415 do STJ, não é possível a retomada do curso processual sem a localização do réu

Autor: Rogério Sanches Cunha

Desde a redação que lhe foi conferida pela Lei 9.271/96, o art. 366 do CPP dispõe sobre a suspensão do processo e do prazo prescricional se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado.

Pela redação original do art. 366, o réu que, citado (pessoalmente ou por edital), não comparecesse, sem motivo justificado, teria decretada sua revelia, prosseguindo-se o curso normal do processo. Esse dispositivo, notadamente a partir da promulgação da Constituição Federal, passou a ser alvo de críticas da doutrina no que tange ao prosseguimento do feito em face do indivíduo citado por edital. Leia o artigo completo clicando [aqui](#).

O reconhecimento pessoal por videoconferência, realizado como meio prova no inquérito policial

Autor: Jorge Miguel Koury Neto

Calcada na legislação passada, podemos mencionar, primeiramente o Decreto 5.015/2004, introduzido no Brasil pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Transnacional, no ano 2000, com fulcro em promover a cooperação para prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional, está prevista a utilização da videoconferência (arts.18, §º 18º e 24º, §º 2º, alínea b). Os avanços trazidos pela videoconferência nos dias atuais são notados em tempo real, no projeto que tramita na Câmara dos Deputados do novo Código de Processo Penal (PL 8045/2010). Leia o artigo completo clicando [aqui](#).





MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Centro de Apoio Operacional Criminal
e da Execução Penal**